

## Crianças no tempo presente: a Sociologia da Infância no Brasil

*Maria Walburga dos Santos\**

[FARIA, Ana Lúcia Goulart de; FINCO, Daniela (Org.).  
*Sociologia da Infância no Brasil*. Campinas, SP: Autores  
Associados, 2011 (Coleção Polêmicas do nosso tempo)]

Transgressão. Invenção. Reconhecimento. Diversidade. Construção alternativa. Identidade.

Expressões que as autoras e o autor da obra *Sociologia da Infância no Brasil* destacam em seus textos para dimensionar os estudos da infância como campo de pesquisa e área de conhecimento. Em cinco capítulos, o livro, lançado no segundo semestre de 2011, provoca inquietações nos seus leitores, à medida que explicita que o ator social criança, constantemente excluído e silenciado, ganha espaço e visibilidade nas Ciências Sociais, abandonando a condição de passivo no trato e na relação com a cultura e a sociedade.

Os objetivos da obra destacam duas temáticas principais: a oposição firme ao conceito de criança assentado no adultocentrismo pautado na visão europeia de criança e infância; e a explicitação das especificidades e das diversidades das crianças brasileiras. A construção do volume apresenta diálogo intergeracional e de múltiplas experiências: autoras e autor partem de particularidades de cada trajeto acadêmico e apresentam a diversidade de saberes que envolvem a temática. Identificam e pautam o campo da Sociologia da Infância (SI), apontando para as Ciências Sociais a premência da devida atenção às crianças pequenas, a suas produções, a suas formas de ver, entender e relacionar-se no mundo como legítimas expressões do pensamento, da cultura e da ação humana.

A obra é caracterizada pelo rompimento com as perspectivas tradicionais de compreender a infância ou as crianças. Não se constitui num manual de SI ou em palavra final ao debate: prevê a necessidade de um novo paradigma, no que se refere à construção social da infância. Convida-nos, como fará também, no capítulo 1, Anete Abramowicz, à invenção.

---

\* Professora do Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), SP, Brasil. walburga@uol.com.br

Transgressão é o desafio colocado logo na introdução pelas organizadoras da obra. Se o pressuposto é que as crianças pensam e imaginam, é porque são seres com agência<sup>1</sup> desde seu ingresso no mundo. Suas perspectivas, criações, interpretações, enfim, o exercício de constituir-se como “criadores e criaturas” fazem parte do universo da pesquisa sociológica brasileira, a começar com Florestan Fernandes<sup>2</sup>.

A proposta do livro é apresentar o que pode ser entendido como mais um ramo da Sociologia, que considera as crianças pequenas como sujeitos. Elas não se organizam em movimento, mas são socialmente discriminadas. Como fica a resposta da Sociologia? Pensar a SI, aportada em pesquisas que revelem cotidiano, experiências, saberes e vozes das crianças diante da diversidade, rompe com o autoritarismo do mundo adulto e pode, nas Ciências Sociais, transgredir o pacto já acordado, no que se refere à pesquisa, olhando o mundo de outra perspectiva, “com olhos de criança”.

Invenção é a expressão que remete ao capítulo 1, “A pesquisa com crianças em infâncias e a Sociologia da Infância”, de autoria de Anete Abramowicz. Reflete sobre o que vê uma criança quando olha a cidade, a instituição e sobre como a busca de compreender esse olhar de criança tem suscitado pesquisas e polêmicas. Esse olhar da criança vai permitir a análise de dois conceitos complexos: tempo e infância.

Afirma Abramowicz que o tempo da criança é o tempo do presente, que ela é contemporânea. É um presente do qual o adulto não faz parte, que ele desconhece. A criança, por sua vez, não é apenas presente: também é passado, onde se inscreve e é inscrita. Ou seja, ao chegar ao mundo, a criança habitará um tipo de infância reconhecida pelo grupo que a cerca, com suas marcas de gênero, raça, sexualidade, dentre outras. Todavia, não fica presa a essas amarras: se subjetiva, cria e recria, contrapõe-se, experimenta, no movimento que a SI nomina como “processo de autoria social” (p. 20). É a criança, ao mesmo tempo, universal, individual, singular. E, nas dobras e desdobras daquilo que não sabemos – e não somos –, a infância se revela na possibilidade de o mundo ser outro, ser novo. As pesquisas com crianças devem remeter a esse novo, à inventividade, e inserem-nos num movimento político: lidamos com um “povo de traços específicos”, no saber de Deleuze, “um povo que falta, que ainda não existe, o povo a ser inventado” (p. 22).

---

1 A expressão “agência” está presente em várias áreas de conhecimento, com destaque para a Sociologia. Oriunda do termo *agency*, relaciona-se à capacidade dos indivíduos de atuar no mundo, realizando ações, transformando-se e transformando o próprio mundo. No caso da Sociologia da Infância, a expressão é utilizada basicamente para se referir às maneiras que as crianças encontram para se organizar e agir autonomamente em seus grupos (com seus pares), bem como às relações que estabelecem com outros grupos sociais.

2 “As ‘trocinhas’ do Bom Retiro: contribuição ao estudo folclórico e sociológico da cultura e dos grupos infantis”. *Pro-Posições*, v. 15, n. 1 (43), jan./abr. 2004.

A fala e a agência das crianças promovem inversão hierárquica no discurso estabelecido: se a criança fala, é como o subalterno falar, os excluídos falarem. A SI, ao tomar a criança e sua infância como lugar de suas pesquisas, cria campo teórico para “inventar a criança”, que se contrapõe radicalmente a outros paradigmas teóricos, como as referências do campo da Psicologia do Desenvolvimento e da própria Sociologia da Educação.

Com “Asas e desejo”, desfecho do capítulo, a autora trata da imprevisibilidade. Trabalhar com infância, sob a perspectiva da invenção, é considerar o imprevisível, a multiplicidade de contextos, a arte, o intempestivo, o ocasional, a “des-idade”. É um devir. Não devir de vir a ser, mas de processo onde “o espaço da criação também deve ser produzido numa espécie de produção de criar” (p. 34).

Reconhecimento é a marca do capítulo 2, assinado por Maria Letícia Nascimento. Enquanto Abramowicz teoriza a respeito de como se constitui a área e seus fundamentos para a pesquisa, ou seja, diz a que veio a SI, Nascimento, com “Reconhecimento da Sociologia da Infância como área de conhecimento e campo de pesquisa”, pontua que a SI já é um campo formado e mais que uma “nova onda”.

Expressões características da SI, como culturas infantis, culturas de pares, cultura da infância, categoria geracional, sujeito de direito, ator social vêm sendo apropriadas e passam a fazer parte do repertório de pesquisa da área de infância. Desde a década de 1990, o campo só cresceu no mundo e no Brasil: publicações, teses, pesquisas, apresentações em congressos e seminários, marcam o campo e revelam suas características e relevância. Nascimento não se alheia às críticas como as de Castro e Kominsky (2010)<sup>3</sup>, que consideram a área como incipiente. Coordena a pesquisa “Infância e Sociologia da Infância, entre a invisibilidade e a voz” e assinala que o fim da pesquisa, em 2012, se contraporá a esse quadro de incipiência.

Na SI as crianças são consideradas como grupo populacional, geracional, de perspectiva estrutural, efetivando-se como unidade de observação e não apenas estudos oriundos de um “projeto de adulto” (psicológico ou pedagógico). Nesse ponto, os capítulos 1 e 2 dialogam ao propor o foco da SI nas crianças enquanto são crianças, para as quais a próxima geração é a próxima geração de crianças.

Para Nascimento, a “nova concepção sociológica considera as crianças como participantes de uma rede de relações que vai além da família e da escola e ou da creche” (p. 41), ampliando o campo de pesquisa das Ciências Sociais e exigindo nova ordem metodológica. Afirma ainda, em outro ponto de consonância com Abramowicz, que não existe uma infância, mas várias.

3 CASTRO, L. R.; KOMINSKY, E. Childhood and its regimes of visibility in Brazil. An Analysis of contribution of the Social Sciences. *Current Sociology*, v. 58, n. 2, p. 206-231, March 1, 2010. Conforme anotações de Maria Letícia Nascimento.

A autora observa que a investigação com crianças deve ir além da sua condição de alunos ou de seres em desenvolvimento, tirando-as do papel de fragilidade, incompetência e negatividade. Suas indicações vêm sustentar as pesquisas descritas nos capítulos 3, 4 e 5 da obra, diretamente afetas à área de SI.

O capítulo 3, “A sociologia da pequena infância e a diversidade de gênero e de raça nas instituições de educação infantil”, de Daniela Finco e Fabiana de Oliveira, traz, como expressão principal, a diversidade. Unindo a pesquisa de doutorado da primeira e o mestrado da segunda, o texto desvela preconceitos envolvendo, respectivamente, gênero e raça em instituições de Educação Infantil.

As autoras relacionam os estudos de gênero e raça, considerando-os como características constitutivas de experiências cotidianas de crianças pequenas, responsáveis por marcas identitárias. Observam que, no caso do gênero, há comportamentos esperados pelos adultos, no que se refere a meninas e meninos, e que são reforçados nas práticas e na organização do trabalho na instituição. Sobre raça, a situação não é diferente e apresenta-se envolta num pacto de silêncio. É nos gestos do adulto, nos carinhos ou na ausência destes, nas palavras, que se revelam preconceitos que marcam e diferenciam a criança negra da não negra. Essa relação, implicitamente, informa às crianças modelos ideais de beleza e jeitos de ser menina ou menino, reforçando os estereótipos sociais.

Finco e Oliveira ouvem as crianças e os educadores. Registram atitudes. Concordam que muito cedo há, por parte dos adultos, mesmo inconscientemente, uma “educação” para constrianger os corpos das crianças. Por exemplo, às meninas são atribuídas tarefas que exigem delicadeza; aos meninos, as que dependem de força. Professoras preocupam-se quando meninos preferem ficar mais tempo com as meninas, identificando-os como “afeminados”, “sossegados”. As meninas que preferem brincadeiras ditas “de menino” são “abrutalhadas”. O bebê negro é repreendido quando escolhe uma bolsa rosa para brincar, no dizer da professora: “Negão com essa bolsa rosa é meio estranho, não dá certo” (p. 69). As pesquisas convergem na evidência de que o espaço destinado à educação da infância acaba por ser espaço da “educação do corpo”, civilizando-o e discriminando-o.

As autoras inferem que as crianças transgridem tais normativas sociais. Pelo brincar, descobrem outros significados que compartilham e têm a oportunidade de criar e recriar. Ao romper essas fronteiras nas instituições de Educação Infantil, as crianças podem sofrer micropenalidades, a começar pelo “acabou a brincadeira”. Para que a Educação Infantil possa ser “um espaço coletivo de educação para o respeito e a valorização das diferenças, de uma educação que favoreça a diversidade” (p. 78), é urgente romper com os processos de homogeneização, que silenciam as crianças e embasam preconceitos.

Construção alternativa é a referência do texto de Edna Rossetto, capítulo 4: “A Educação das crianças sem-terrinha nas cirandas infantis: construção de uma

alternativa em movimento”. O desafio é pensar a educação da infância em contexto não urbano, com foco nas crianças sem terra.

A luta pela terra prescinde de um projeto educativo pelo Movimento Sem Terra (MST), pois as crianças estão atreladas ao movimento. São desenvolvidas atividades pedagógicas nos assentamentos, fazendo parte do conjunto de lições da luta pela terra. Há os encontros sem-terrinha, cirandas infantis, núcleos infantis e outros. A ciranda infantil faz parte da educação não formal, definida pelo MST como “espaço educativo organizado com objetivo de trabalhar as várias dimensões de ser criança sem-terrinha, como sujeito de direitos, com valores, imaginação, fantasia [...]” (p. 84). Eleger a ciranda como objeto de estudo alia-se à perspectiva da SI, visto que partem ambas da agência infantil, da sua cultura e das experiências.

As cirandas são um espaço onde as crianças sem-terra constroem relações entre si e com os adultos. Vão, na experiência comunitária, “constituindo-se como sujeito lúdico, resignificando seu brincar, sua experiência cultural e suas relações sociais” (p. 100). A proposta educativa das cirandas pauta-se em referencial emancipatório, e daí a estreita ligação com a SI: prevê que, como as crianças estão em todos os lugares do assentamento, os adultos passam a educar o próprio olhar, ao compreendê-las como também companheiras, sujeitos partícipes da luta de um novo projeto de sociedade.

Identidade é a expressão que, por fim, Peterson Rigato da Silva traz à obra. O capítulo 5, “A presença masculina na Educação Infantil: diversidade e identidades na docência” abarca a polêmica do docente masculino presente nas instituições de Educação Infantil.

Utilizando bibliografia pertinente ao tema, o autor pontua o estranhamento presente nas instituições, quando estas se deparam com o homem professor “no lugar” da professora mulher. As desigualdades entre os gêneros ultrapassam a relação com as crianças e marcam a profissão docente, legitimando a mulher no trabalho com a infância vinculado à maternagem, à paciência, à intuição e também ao educar/cuidar. O homem professor é questionado não na proporção de sua dedicação ou competência, mas no campo da moralidade, das leituras sociais preconceituosas presentes nas unidades educativas.

A intenção do autor passa pela ciência de que as crianças, na instituição, sinalizam a emergência de outro espaço educativo, também de quebra de paradigmas, em face da diversidade e dos desafios do cotidiano, visando ao rompimento com modelos hegemônicos.

A leitura de *Sociologia da Infância no Brasil*, em sua totalidade, expressa, como aponta no prefácio a professora Eloisa Candal Rocha, a retomada de um movimento de luta em favor das crianças, da infância e da educação. Lutas que, desde os anos de 1980, movem pesquisadores e acadêmicos comprometidos com as conquistas sociais no campo da infância, por uma sociedade mais justa.

A obra marca pela inovação e por assumir que o desafio da SI também está em identificar e desconstruir modelos existentes e de rejeição a esse novo, à invenção, à criança com agência, onde há padronização de comportamentos e instituições. É o que acontece quando o professor trabalha com o mesmo planejamento durante décadas, ou ainda quando são propostas expectativas de aprendizagem na Educação Infantil. A expectativa é do adulto e, invariavelmente, pode levar à frustração de um e de outros implicados na relação educativa (adultos e crianças). Não considera o tempo presente das crianças nem a infância como categoria geracional.

Documentos como as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil legislam em favor da diversidade e dos direitos das crianças de ter seus saberes e culturas valorizados e reconhecidos. Todavia, grande parte das instituições de Educação Infantil segue modelos predeterminados, pautados numa educação urbana. Como fica a diversidade? Como ficam as crianças quilombolas, ribeirinhas, caiçaras, indígenas? E mais: diante de tantas pesquisas e do cotidiano das crianças brasileiras, como explicar a possibilidade de um exame nacional para a Educação Infantil? Quais as suas bases? Diversidade? Cultura Infantil? Ou apenas o ensino sistematizado, reiterando a escolarização das crianças antes do Ensino Fundamental? E, tratando-se das crianças bem pequenas, de zero a 3 anos, qual a pauta de trabalho e atendimento a esse grupo? A creche é tida como espaço educativo, com profissionais formados para esse fim? Em outra ordem de ideias, como os cursos de Pedagogia têm pautado as questões propostas pela Sociologia da Infância? Elas são consideradas na formação dos professores e, depois, nas instituições de Educação Infantil? Esses questionamentos e muitos outros não possuem resposta imediata, mas aportes da Sociologia da Infância podem ajudar a pensá-los (ou repensá-los) numa perspectiva mais próxima da categoria geracional definida como infância, tendo as crianças, em seus mais diversos contextos, consideradas como seus sujeitos.

A Sociologia da Infância no Brasil já vem traçando sua história. Pode ajudar-nos a compreender e a agir melhor em relação à infância e às crianças, viabilizando uma sociedade com “asas e desejos”, que possibilite o novo, que desperte as Ciências Sociais para a criança agora, no tempo presente.

Bem-vinda, Sociologia da Infância no Brasil.